

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Jornalismo

Arqueobiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: nas pegadas do frei Tibúrcio¹

*Archeobiography of the pioneer of the brazilian press: In the footsteps of
friar Tibúrcio*

ÁLVARO NUNES LARANGEIRA

Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UTP/PR/BR. <larangeira@terra.com.br>

RESUMO

O artigo apresenta os caminhos e resultados do estudo da investigação arqueobiográfica, respaldada por documentos muitos dos quais inéditos, para resgatar a vida do frei Tibúrcio José da Rocha, o primeiro redator da primeira publicação editada em território nacional, a Gazeta do Rio de Janeiro. Tal personagem tem sido ignorado ou abordado superficialmente na historiografia biográfica do jornalismo, representando uma lacuna na composição das páginas completas da imprensa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Tibúrcio José da Rocha; Arqueobiografia; Imprensa.

ABSTRACT

The article presents the investigations and results of an archeobiographical study, supported by many unpublished documents, to revive the life of friar Tibúrcio José da Rocha, the editor of the first national publication published in Brazil, the Gazeta do Rio de Janeiro. He has been superficially treated or ignored in the biographical history of journalism, representing a gap in the pages of the history of the Brazilian press.

KEYWORDS: Tibúrcio José da Rocha; Archeobiography; Press.

Todos os precursores da imprensa no Brasil foram perquiridos, menos ele. Seja monografia, dissertação, tese, capítulo de livro, biografia ou ensaio, há pesquisas específicas sobre Manoel Antonio da Silva Serva e Diogo Soares da Silva Bivar, responsáveis pelo jornal *Idade d'Ouro do Brasil*, lançado na Bahia em 1811, e *As Variedades ou Ensaio de Literatura*, de 1812; Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, idealizador de *O Patriota*, primeira publicação com perceptível propósito acadêmico lançada em 1813; Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, do *Revérbero Constitucional Fluminense*; João Soares Lisboa, do *Correio do Rio de Janeiro*, e Zeferino Vitor Meirelles, do *Diário do Rio de Janeiro*. Sem contar os expressivos trabalhos a respeito do Hipólito José da Costa, Cipriano Barata, Frei Caneca e José Bonifácio de Andrada e Silva. Quanto a Tibúrcio José da Rocha, nada. Quer dizer, muito pouca coisa para quem foi o primeiro redator de jornal no Brasil.

Frei Tibúrcio, assim conhecido por ser da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, redigiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 10 de setembro de 1808 – data do primeiro número – e a primeira semana de março de 1812, quando adoeceu e acabou afastado da função por desentendimento com o novo Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde das Galveias, sucessor do falecido D. Rodrigo de Sousa Coutinho, protetor do religioso português. Foram três anos e cinco meses à frente da publicação oficial da corte de D. João VI no Brasil, tempo suficiente para atizar investigações capazes de sustentar referências biográficas superiores às corriqueiras três a, no máximo, cinco linhas presentes na maioria das menções sobre tão relevante personagem da história do jornalismo brasileiro.

Alguns fizeram mais. O historiador Alexandre José de Mello Moraes destinou o equivalente a quatro páginas da segunda parte do primeiro tomo do *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Império do Brasil* para contar o mencionado episódio do afastamento do Frei Tibúrcio da redação da *Gazeta do Rio*

de Janeiro, cujo resultado foi a substituição pelo engenheiro militar Manoel Ferreira de Araújo Guimarães. Valeu-se o estudioso da correspondência, a qual garantia ter posse, trocada por Tibúrcio com colegas e João de Almeida de Melo e Castro, o conde das Galveias. Setenta e oito anos depois, em 1941, Manuel José Gondin da Fonseca apresentava a *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)* subdividida em seis capítulos, além de o índice das publicações do período na capital do Brasil e um dicionário dos caricaturistas. O primeiro capítulo foi denominado *Frei Tibúrcio*; o segundo, *O Cidadão Tibúrcio*. Seguiam *O Deputado Tibúrcio*; *O Conselheiro Tibúrcio*; *O Bacharel Tibúrcio* e, por fim, o capítulo *Tibúrcio e a Realidade*.

Foi Tibúrcio José da Rocha deputado, conselheiro e bacharel? Não. Tampouco Gondin da Fonseca esmerilhou-lhe a vida. Resolveu, tendo em vista Frei Tibúrcio ter sido o primeiro redator do primeiro jornal carioca, usá-lo como paradigma do jornalismo nas fases do século abordado. O jornalista do periodismo colonial – 1808/1820, o jornalista da independência e destituição do imperador D. Pedro I – 1821/1830, o jornalista da Regência e segundo reinado – 1840/1870, o jornalista da decadência da monarquia e afirmação da República – 1870/1908 – e a projeção do jornalista para o século XX, em *Tibúrcio e a Realidade*. Tudo no plano ficcional, como o Frade à sombra das árvores do palacete da Rua do Passeio, onde funcionava a Imprensa Régia, a escolher as matérias e anúncios ou como protagonista em determinado episódio histórico.

A jornalista Lilia Diniz, no entanto, em razão da comemoração, em 2008, dos 200 anos da imprensa no Brasil, pautou-se em conhecer melhor este intrigante personagem e saiu à procura das fontes bibliográficas e documentais. Encontrou material precioso para embasar artigo sobre o Frei publicado na revista brasileira *História Viva*. Descobriu no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo três processos do Tribunal do Santo Ofício nos quais Tibúrcio foi absolvido das acusações de heresia e desta fonte revelou passagens do religioso pelos colégios da Ordem Terceira em Évora e Coimbra, além

da descoberta da naturalidade do protojornalista: a cidade do Porto. Nos arquivos da Biblioteca Nacional do Brasil a repórter-pesquisadora garimpou a solicitação ao imperador D. Pedro I do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro o processo do Frei para o desligamento do serviço religioso. Mas foi pouco, e por isso se faz imperioso o trabalho da investigação com caráter biográfico-arqueológico esmiuçado a seguir.

Da *tekmeria* à arqueobiografia

Paul Veyne conceitua a história como uma narrativa de eventos, assimilados sempre de uma forma inacabada por referências documentais e testemunhais, “ou seja, por *tekmeria*, por indícios” (1998, p. 18), e como tal se assemelha à formulação literária do romance, à margem do caráter a priori muitas vezes a si atribuído. O arqueólogo e historiador francês vale-se do termo grego recorrente na argumentação aristotélica para explicar um sinal como prova irrefutável do enunciado, pelo fato de *tekmar* ter o significado de acabamento na língua arcaica (Aristóteles, 197-?, p. 36). Dá ao raciocínio a dimensão demonstrativa da prova e ao narrador a plausibilidade da história. “Escrever história é uma atividade intelectual” (Veyne, 1998, p. 67), em ininterrupta reconstrução, timoneada por pontos de vista. O nosso, no caso, apega-se aos eventos para, flanando pelos fatos e tramas, chegar aos núcleos das relações inerentes aos acontecimentos e aportar nos personagens.

De preferência naqueles indivíduos sem história (Cadiou et al., 2007, p. 204), ladeados à beira da insignificância nas habituais interpretações históricas epopeicas. Até porque os com história temos à exaustão. Podemos citar os relatos biográficos dos períodos helenístico e romano e a intencional modelagem da ação individual por homens ilustres e pelo culto da ancestralidade, o panegírico da exaltação dos heróis, santos e soberanos na Idade Média, as biografias e genealogias reais da Idade Moderna

convenientes à afirmação do Estado nacional e as odes personalistas dos personagens-ícone – tanto individuais (as figuras revolucionárias, por exemplo), quanto coletivos (o proletariado, as massas, a opinião pública, o(s) público(s)) – dos projetos ideológicos mundializantes implementados no século passado. Decidiu-se, então, pelo exercício biográfico prosopográfico (Cadiou et. al., 2007, p. 205) e pela legitimação do sujeito simples como protagonista histórico.

Assim pensava Karel Kosik. Questionava o filósofo tcheco a convencional distinção entre o enaltecido personagem criador da História e o indivíduo sequer considerado coadjuvante do processo histórico. “¿Significa esto que hay dos clases de historia, una para el individuo histórico y otra para el simple ser humano?”. Não, responderia adiante. Primeiro porque toda pessoa é ator e espectador em função da improvável onipresencialidade humana. Segundo, a existência das forças supraindividuais, propulsoras dos movimentos nos quais o personalismo tem importância figurativa. E terceiro, o ser humano é um ser histórico, por ser ao mesmo tempo o criador e a criatura da História (Kosik, 1991, p. 5-27). Por isso o reconhecimento do valor, (des)valorado e (des)construído socialmente, da inata historicidade humana, sedimentada indistintamente pelas realizações dos indivíduos históricos (personagens olímpicos) e dos indivíduos com história (todos nós), e a pertinência do enquadramento arqueológico no trabalho de campo dos estudos biográficos para registrar os vestígios deixados pelos atores anônimos e/ou discretos na fiação do tecido histórico.

A imanência existencial do ser interpela o cenário social pelo diálogo materializado por palavras, atos, marcas, memória. “A condição dialógica da pessoa é estritamente social, comunitária. O homem não pode viver sem dialogar, é um ser constitutivamente dialogante” (Echevarría; Stork, 2005, p. 91). Os traços da criatura humana, nos sentidos facial e memorial, eternizam-na não apenas como elemento corporal, mas também espacial e atemporal. São o registro da infiltração do sujeito nas camadas do terreno

dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra em 1796². Talvez a diferença represente o período entre o nascimento e o batismo, mas nos dois casos a divergência das datas prossegue. Pela primeira o batismo foi realizado no dia seguinte, 22, e no outro documento o sacramento ocorreu dia 25. A segunda possibilidade é ter nascido dia 18 e registrado três dias depois. A dúvida, no entanto, permanece.

Outra singularidade é atinente à filiação. Tibúrcio José da Rocha é o segundo filho da jovem solteira Perpétua Margarida Rosa de Jesus com André Xavier da Rocha, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, desembargador da mesa episcopal, examinador sinodal do bispado do Porto, juiz de casamentos e abade paroquial da Igreja de São Pedro de Miragaia. Resumindo: o futuro frei é filho de padre. Fato nada incomum, porém contestável em uma instituição cuja imposição do celibato eclesiástico provém do combate intensificado por Gregório VII em seu papado (1073/1085) ao casamento clerical, para conter a dispersão patrimonial da Igreja, e da institucionalização pelos concílios de Latrão II, em 1139, e Trento, em 1563, da proibição da união matrimonial dos religiosos católicos.

Nos documentos da paróquia São Pedro de Miragaia aparece a expressão *pays incognitos*, tanto no registro de Tibúrcio quanto do irmão Eleutério, dois anos mais velho. A paternidade será oficializada quando André Xavier da Rocha pedir em 1781 a habilitação de comissário do Santo Ofício, seguindo assim os passos do pai e do avô paterno. Funcionários da Inquisição fazem a conferência das informações contidas na justificativa da solicitação e certificam o estado civil e a prole do requerente. “Não consta q fosse caz^{do} e nem q tenha mais f^{os} illegitimos q Eleuterio, e Tiburcio [...]” (Figura 3) diz o inquiridor, para mais adiante no processo mencionar Tibúrcio e Eleutério como filhos naturais do abade (Figura 4).

André Xavier da Rocha fosse acusado de sodomia ou bigamia, atentasse à fé católica, cometesse o crime de lesa-majestade divina, fosse sentenciado ou condenado pelas leis do reino, incorresse na infâmia ao regime monárquico ou tivesse entre os familiares ou até ascendentes da terceira geração algum judeu, cristão-novo, negro, mulato, índio, cigano ou mouro. Nada disso maculava o currículo do pai do Frei Tibúrcio.

O hábil e bom religioso

Aos 15 anos Tibúrcio José da Rocha ficou órfão por completo. A mãe havia falecido em julho de 1780, aos 26 anos, três semanas antes dele completar o quarto aniversário, e o pai morreu dia 2 de novembro de 1791, em Bragança, cidade natal da família Rocha. Resolveram, ele e Eleutério, ingressar na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e tomaram o rumo de Évora, para fazer o noviciado no Colégio do Espírito Santo, outrora a inaciana Universidade de Évora, extinta e encampada pelos franciscanos quando da expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal. Com o banimento da Companhia de Jesus, forma pela qual se valeu Pombal para ceifar a influência jesuítica no estado português, protagonizou-se a realocação das forças religiosas e a VOT foi das mais privilegiadas, intensificando e expandindo a influência na seara da família real. Para se ter uma noção, em 1809, no Brasil, dos seis confessores reais, quatro eram franciscanos. Fazer parte da Ordem renderia benesses ao frei Tibúrcio.

Findo o noviciado os dois foram para Coimbra, onde frequentaram, entre 1794 e 1799, o Colégio de São Pedro e as disciplinas de filosofia racional e moral nas faculdades de Filosofia e Matemática da Universidade de Coimbra, para cumprir o plano de estudos da Ordem e completar a formação requerida para o exercício do diaconato e presbiterado. Em Coimbra, Tibúrcio e Eleutério aproximam-se ao círculo nucleado pelos principais expoentes da Ordem Terceira, os freis Vicente Salgado e Manuel

do Cenáculo. Vicente Salgado foi reitor dos colégios de Évora e Coimbra, principal cronista da congregação e ministro geral da Ordem. Cenáculo, figura-mor da VOT na época, bispo de Beja e arcebispo de Évora, era um dos maiores intelectuais do país e fora preceptor do neto do rei D. José.

Esse abeiramento acarretou benfazejos resultados como a posterior transferência para o imponente Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa, centro maior da Ordem (e hoje sede da Academia das Ciências de Lisboa), a indicação de Eleutério José da Rocha a subdiácono de Cenáculo e, principalmente, a apresentação a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, afilhado do Marquês de Pombal – quem, por sua vez, colocou Manuel do Cenáculo na junta responsável pela reformulação dos estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 e o fez presidente da Mesa Real Censória. D. Rodrigo foi ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos (1796/1801), ministro do Real Erário (1801/1803) e, tão logo a família real acomodou-se no Rio de Janeiro fugida da invasão napoleônica, ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1808/1812).

Rodrigo de Sousa Coutinho foi o mecenas intelectual, e por vezes financeiro, da elite intelectual brasileira em Portugal posteriormente protagonista do desenvolvimento cultural brasileiro e do movimento pela independência em 1822. O Conde de Linhares foi quem arregimentou o recém-formado bacharel em Leis Hipólito José da Costa para a viagem aos Estados Unidos, entre setembro de 1798 e dezembro de 1799, para descobrir as razões do extraordinário progresso da nação americana havia duas décadas liberta da Inglaterra. Criou, no penúltimo ano do século XVIII, a Casa Literária do Arco do Cego na capital portuguesa, colocando como diretor o eminente botânico brasileiro Frei Mariano Veloso e empregando diversos estudantes com currículos universitários destacados, como o próprio Hipólito e Antônio Carlos e Martim Francisco, irmãos de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patrono da Independência brasileira.

Rodrigo de Sousa Coutinho também foi árduo defensor da transferência do governo português para o Brasil e do alinhamento da coroa portuguesa com a Inglaterra, quando da iminente incursão das tropas francesas no território lusitano. Instalado no Rio de Janeiro, em março de 1808, o monarca português destituiu do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o francófilo Antônio de Araújo de Azevedo e nele empossou D. Rodrigo. Dois meses depois foi criada a Impressão Régia sob a administração do respectivo titular da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e em 10 de setembro saía o primeiro exemplar da Gazeta do Rio de Janeiro.

A chefia de fato do governo português instalado no Brasil encerraria-se para Rodrigo de Sousa Coutinho no dia 26 de janeiro de 1812, fulminado por uma febre. Em casa, receberia os sacramentos de um religioso amigo e vizinho, o Frei franciscano Tibúrcio José da Rocha, um dos únicos com permissão da viúva para estar presente na residência à frente do Campo Sant'Anna. Dois anos antes, em correspondência ao Conde de Aguiar, ministro dos Negócios do Reino, D. Rodrigo requisitara ao colega atenção especial à solicitação do portador da carta, “pa q este habil e bom religioso consiga o q pretende” (Figura 5). Tratava-se de Tibúrcio José da Rocha.

Pa foyde de Aguiar
 Officio de meo P. Pappas meo
 de V. Ex. o requerimento inclu
 go de St. Tiburcio Jose da
 Rocha e particuço a V. Ex. q
 A de o Principe Regente de
 foi devido. Ordenad q pela de
 particuço de V. Ex. se passase o
 occupario. Devido q este ha
 bil e bom Religiozo consiga o
 q pretende. D. J. de Aguiar
 do Rio de Janeiro em 31
 de Março de 1810 - Conde
 de S. Thome.

Figura 5 – Carta ao
Conde de Aguiar.

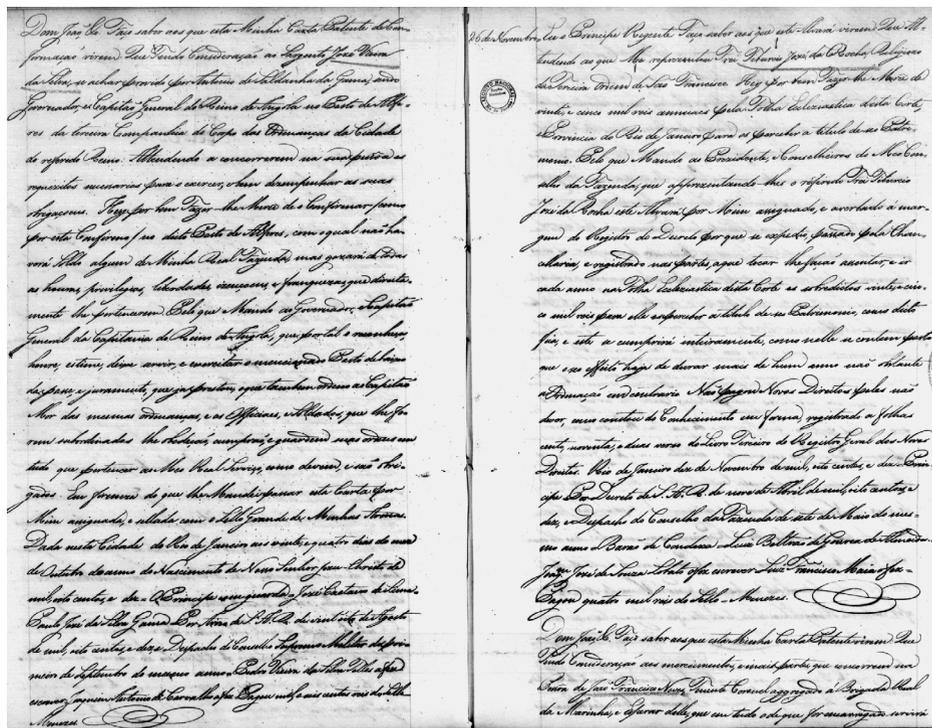


Figura 6 – Mercê para o frei Tibúrcio em 1810.

Uma vida em três linhas

Frei Tibúrcio aportou no Brasil como capelão da Brigada Real da Marinha e em seguida foi designado redator da primeira publicação jornalística brasileira, pois todas as tentativas anteriores haviam sido impedidas pela coroa portuguesa. Pontuaram a seu favor a esmerada formação na Ordem Terceira, principalmente em relação ao domínio do latim, espanhol e inglês, tornando-se um dos tradutores diletos do príncipe

D. João, a proximidade da congregação com a família real, a amizade com D. Rodrigo e a vivência em ambientes onde o labor tipográfico era comum, como nos conventos e colégios de Évora, Coimbra e Lisboa.

Singrando pelos caminhos da discrição e astúcia, assegurou-se em aproveitar bem as oportunidades. Na ocasião da morte do protetor D. Rodrigo e do imediato alijamento da função de redator da Gazeta por resolução do novo ministro, Tibúrcio afastou-se da tipografia, mas manteve a renda, porque, precavido, conseguira tornar-se sócio dos oficiais da secretaria, os proprietários legais do jornal, e assim recebeu os rendimentos da publicação até dezembro de 1822, quando o Estado apropriou-se por completo da Gazeta do Rio de Janeiro e mudou o nome para Diário do Governo.

Trabalhou, depois da Impressão Régia, no departamento dos Negócios Estrangeiros e da Guerra responsável pela emissão dos passaportes e a partir da separação das duas secretarias, em 1822, tor-

ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1811	
AJUDANTES DAS ORDENS DE S. A. S. CHEFES DE ESQUADRA.	
Francisco Manoel de Soito Maior, na Praia de D. Manoel N. 24.	
Francisco José do Canto de Castro e Mascarenhas, na rua direita do Hospício.	
Ignacio da Costa Quintella, na rua da Cadêa.	
A'S ORDENS NO QUARTEL GENERAL DA MARINHA. SEGUNDOS TENENTES DA BRIGADA REAL DA MARINHA.	
José da Costa e Oliveira, na travessa da Casa da Opera.	
João Carlos da Cunha Gusmão Vasconcelos, na rua Direita.	
FIZICO MOR DA ARMADA REAL.	
Vicente Antonio de Azevedo, na rua da Misericórdia.	
CIRURGIAO MOR.	
Jeronymo Alves de Moura, atrás do Hospício.	
CAPELLAO MOR.	
O CONFESSOR DA PRINCEZA N. S.	
CAPELLAES.	
O Padre Diogo Tavares, atrás do Hospício.	
Fr. Tibúrcio José da Rocha, na rua do Sabão.	
SECRETARIA DO QUARTEL GENERAL DA MARINHA.	
João Estevão de Seixas Gusmão e Vasconcelos, na rua Direita.	
OFFICIAL MAIOR.	
CORONEL DA BRIGADA REAL DA MARINHA.	
José Corrêa Picanço, na rua Direita.	
OFFICIAL MAIOR GRADUADO.	
CAPITAO TENENTE.	
Rodrigo Martins da Luz, na rua Direita.	
OFFICIAES DA SECRETARIA.	
CAPITAES TENENTES.	
José Mariá de Abreu Loureiro, na rua Direita.	

Figura 7 – Capelão da Brigada Real da Marinha.

Despesas e Rendimentos da Gazeta em 1819	
20 de Fevereiro de 1819	132,800
21 de Fevereiro de 1819	57,120
22 de Fevereiro de 1819	23,160
23 de Fevereiro de 1819	73,800
24 de Fevereiro de 1819	154,120
25 de Fevereiro de 1819	36,240
26 de Fevereiro de 1819	23,160
27 de Fevereiro de 1819	59,380
28 de Fevereiro de 1819	139,760
29 de Fevereiro de 1819	92,400
30 de Fevereiro de 1819	62,640
31 de Fevereiro de 1819	187,120
1 de Março de 1819	57,120
2 de Março de 1819	23,160
3 de Março de 1819	73,800
4 de Março de 1819	154,120
5 de Março de 1819	36,240
6 de Março de 1819	23,160
7 de Março de 1819	59,380
8 de Março de 1819	139,760
9 de Março de 1819	92,400
10 de Março de 1819	62,640
11 de Março de 1819	187,120
12 de Março de 1819	57,120
13 de Março de 1819	23,160
14 de Março de 1819	73,800
15 de Março de 1819	154,120
16 de Março de 1819	36,240
17 de Março de 1819	23,160
18 de Março de 1819	59,380
19 de Março de 1819	139,760
20 de Março de 1819	92,400
21 de Março de 1819	62,640
22 de Março de 1819	187,120
23 de Março de 1819	57,120
24 de Março de 1819	23,160
25 de Março de 1819	73,800
26 de Março de 1819	154,120
27 de Março de 1819	36,240
28 de Março de 1819	23,160
29 de Março de 1819	59,380
30 de Março de 1819	139,760
31 de Março de 1819	92,400
1 de Abril de 1819	62,640
2 de Abril de 1819	187,120
3 de Abril de 1819	57,120
4 de Abril de 1819	23,160
5 de Abril de 1819	73,800
6 de Abril de 1819	154,120
7 de Abril de 1819	36,240
8 de Abril de 1819	23,160
9 de Abril de 1819	59,380
10 de Abril de 1819	139,760
11 de Abril de 1819	92,400
12 de Abril de 1819	62,640
13 de Abril de 1819	187,120
14 de Abril de 1819	57,120
15 de Abril de 1819	23,160
16 de Abril de 1819	73,800
17 de Abril de 1819	154,120
18 de Abril de 1819	36,240
19 de Abril de 1819	23,160
20 de Abril de 1819	59,380
21 de Abril de 1819	139,760
22 de Abril de 1819	92,400
23 de Abril de 1819	62,640
24 de Abril de 1819	187,120
25 de Abril de 1819	57,120
26 de Abril de 1819	23,160
27 de Abril de 1819	73,800
28 de Abril de 1819	154,120
29 de Abril de 1819	36,240
30 de Abril de 1819	23,160
31 de Abril de 1819	59,380
1 de Maio de 1819	139,760
2 de Maio de 1819	92,400
3 de Maio de 1819	62,640
4 de Maio de 1819	187,120
5 de Maio de 1819	57,120
6 de Maio de 1819	23,160
7 de Maio de 1819	73,800
8 de Maio de 1819	154,120
9 de Maio de 1819	36,240
10 de Maio de 1819	23,160
11 de Maio de 1819	59,380
12 de Maio de 1819	139,760
13 de Maio de 1819	92,400
14 de Maio de 1819	62,640
15 de Maio de 1819	187,120
16 de Maio de 1819	57,120
17 de Maio de 1819	23,160
18 de Maio de 1819	73,800
19 de Maio de 1819	154,120
20 de Maio de 1819	36,240
21 de Maio de 1819	23,160
22 de Maio de 1819	59,380
23 de Maio de 1819	139,760
24 de Maio de 1819	92,400
25 de Maio de 1819	62,640
26 de Maio de 1819	187,120
27 de Maio de 1819	57,120
28 de Maio de 1819	23,160
29 de Maio de 1819	73,800
30 de Maio de 1819	154,120
31 de Maio de 1819	36,240
1 de Junho de 1819	23,160
2 de Junho de 1819	59,380
3 de Junho de 1819	139,760
4 de Junho de 1819	92,400
5 de Junho de 1819	62,640
6 de Junho de 1819	187,120
7 de Junho de 1819	57,120
8 de Junho de 1819	23,160
9 de Junho de 1819	73,800
10 de Junho de 1819	154,120
11 de Junho de 1819	36,240
12 de Junho de 1819	23,160
13 de Junho de 1819	59,380
14 de Junho de 1819	139,760
15 de Junho de 1819	92,400
16 de Junho de 1819	62,640
17 de Junho de 1819	187,120
18 de Junho de 1819	57,120
19 de Junho de 1819	23,160
20 de Junho de 1819	73,800
21 de Junho de 1819	154,120
22 de Junho de 1819	36,240
23 de Junho de 1819	23,160
24 de Junho de 1819	59,380
25 de Junho de 1819	139,760
26 de Junho de 1819	92,400
27 de Junho de 1819	62,640
28 de Junho de 1819	187,120
29 de Junho de 1819	57,120
30 de Junho de 1819	23,160
1 de Julho de 1819	73,800
2 de Julho de 1819	154,120
3 de Julho de 1819	36,240
4 de Julho de 1819	23,160
5 de Julho de 1819	59,380
6 de Julho de 1819	139,760
7 de Julho de 1819	92,400
8 de Julho de 1819	62,640
9 de Julho de 1819	187,120
10 de Julho de 1819	57,120
11 de Julho de 1819	23,160
12 de Julho de 1819	73,800
13 de Julho de 1819	154,120
14 de Julho de 1819	36,240
15 de Julho de 1819	23,160
16 de Julho de 1819	59,380
17 de Julho de 1819	139,760
18 de Julho de 1819	92,400
19 de Julho de 1819	62,640
20 de Julho de 1819	187,120
21 de Julho de 1819	57,120
22 de Julho de 1819	23,160
23 de Julho de 1819	73,800
24 de Julho de 1819	154,120
25 de Julho de 1819	36,240
26 de Julho de 1819	23,160
27 de Julho de 1819	59,380
28 de Julho de 1819	139,760
29 de Julho de 1819	92,400
30 de Julho de 1819	62,640
31 de Julho de 1819	187,120
1 de Agosto de 1819	57,120
2 de Agosto de 1819	23,160
3 de Agosto de 1819	73,800
4 de Agosto de 1819	154,120
5 de Agosto de 1819	36,240
6 de Agosto de 1819	23,160
7 de Agosto de 1819	59,380
8 de Agosto de 1819	139,760
9 de Agosto de 1819	92,400
10 de Agosto de 1819	62,640
11 de Agosto de 1819	187,120
12 de Agosto de 1819	57,120
13 de Agosto de 1819	23,160
14 de Agosto de 1819	73,800
15 de Agosto de 1819	154,120
16 de Agosto de 1819	36,240
17 de Agosto de 1819	23,160
18 de Agosto de 1819	59,380
19 de Agosto de 1819	139,760
20 de Agosto de 1819	92,400
21 de Agosto de 1819	62,640
22 de Agosto de 1819	187,120
23 de Agosto de 1819	57,120
24 de Agosto de 1819	23,160
25 de Agosto de 1819	73,800
26 de Agosto de 1819	154,120
27 de Agosto de 1819	36,240
28 de Agosto de 1819	23,160
29 de Agosto de 1819	59,380
30 de Agosto de 1819	139,760
31 de Agosto de 1819	92,400
1 de Setembro de 1819	62,640
2 de Setembro de 1819	187,120
3 de Setembro de 1819	57,120
4 de Setembro de 1819	23,160
5 de Setembro de 1819	73,800
6 de Setembro de 1819	154,120
7 de Setembro de 1819	36,240
8 de Setembro de 1819	23,160
9 de Setembro de 1819	59,380
10 de Setembro de 1819	139,760
11 de Setembro de 1819	92,400
12 de Setembro de 1819	62,640
13 de Setembro de 1819	187,120
14 de Setembro de 1819	57,120
15 de Setembro de 1819	23,160
16 de Setembro de 1819	73,800
17 de Setembro de 1819	154,120
18 de Setembro de 1819	36,240
19 de Setembro de 1819	23,160
20 de Setembro de 1819	59,380
21 de Setembro de 1819	139,760
22 de Setembro de 1819	92,400
23 de Setembro de 1819	62,640
24 de Setembro de 1819	187,120
25 de Setembro de 1819	57,120
26 de Setembro de 1819	23,160
27 de Setembro de 1819	73,800
28 de Setembro de 1819	154,120
29 de Setembro de 1819	36,240
30 de Setembro de 1819	23,160
1 de Outubro de 1819	59,380
2 de Outubro de 1819	139,760
3 de Outubro de 1819	92,400
4 de Outubro de 1819	62,640
5 de Outubro de 1819	187,120
6 de Outubro de 1819	57,120
7 de Outubro de 1819	23,160
8 de Outubro de 1819	73,800
9 de Outubro de 1819	154,120
10 de Outubro de 1819	36,240
11 de Outubro de 1819	23,160
12 de Outubro de 1819	59,380
13 de Outubro de 1819	139,760
14 de Outubro de 1819	92,400
15 de Outubro de 1819	62,640
16 de Outubro de 1819	187,120
17 de Outubro de 1819	57,120
18 de Outubro de 1819	23,160
19 de Outubro de 1819	73,800
20 de Outubro de 1819	154,120
21 de Outubro de 1819	36,240
22 de Outubro de 1819	23,160
23 de Outubro de 1819	59,380
24 de Outubro de 1819	139,760
25 de Outubro de 1819	92,400
26 de Outubro de 1819	62,640
27 de Outubro de 1819	187,120
28 de Outubro de 1819	57,120
29 de Outubro de 1819	23,160
30 de Outubro de 1819	73,800
31 de Outubro de 1819	154,120
1 de Novembro de 1819	36,240
2 de Novembro de 1819	23,160
3 de Novembro de 1819	59,380
4 de Novembro de 1819	139,760
5 de Novembro de 1819	92,400
6 de Novembro de 1819	62,640
7 de Novembro de 1819	187,120
8 de Novembro de 1819	57,120
9 de Novembro de 1819	23,160
10 de Novembro de 1819	73,800
11 de Novembro de 1819	154,120
12 de Novembro de 1819	36,240
13 de Novembro de 1819	23,160
14 de Novembro de 1819	59,380
15 de Novembro de 1819	139,760
16 de Novembro de 1819	92,400
17 de Novembro de 1819	62,640
18 de Novembro de 1819	187,120
19 de Novembro de 1819	57,120
20 de Novembro de 1819	23,160
21 de Novembro de 1819	73,800
22 de Novembro de 1819	154,120
23 de Novembro de 1819	36,240
24 de Novembro de 1819	23,160
25 de Novembro de 1819	59,380
26 de Novembro de 1819	139,760
27 de Novembro de 1819	92,400
28 de Novembro de 1819	62,640
29 de Novembro de 1819	187,120
30 de Novembro de 1819	57,120
1 de Dezembro de 1819	23,160
2 de Dezembro de 1819	59,380
3 de Dezembro de 1819	139,760
4 de Dezembro de 1819	92,400
5 de Dezembro de 1819	62,640
6 de Dezembro de 1819	187,120
7 de Dezembro de 1819	57,120
8 de Dezembro de 1819	23,160
9 de Dezembro de 1819	73,800
10 de Dezembro de 1819	154,120
11 de Dezembro de 1819	36,240
12 de Dezembro de 1819	23,160
13 de Dezembro de 1819	59,380
14 de Dezembro de 1819	139,760
15 de Dezembro de 1819	92,400
16 de Dezembro de 1819	62,640
17 de Dezembro de 1819	187,120
18 de Dezembro de 1819	57,120
19 de Dezembro de 1819	23,160
20 de Dezembro de 1819	73,800
21 de Dezembro de 1819	154,120
22 de Dezembro de 1819	36,240
23 de Dezembro de 1819	23,160
24 de Dezembro de 1819	59,380
25 de Dezembro de 1819	139,7

nou-se oficial do Ministério da Guerra, acumulando a função de capitão da Marinha e se mantendo na folha eclesiástica com a mercê obtida em 1810. Porém, a postura reservada também o prejudicou. Ou melhor, o estagnou. Com o retorno do rei D. João a Portugal em 1821, por exigência dos protagonistas da revolução constitucionalista do Porto, e a permanência do príncipe D. Pedro delineava-se o rompimento entre o Brasil e a metrópole. Insuflavam-se os ânimos entre os partidários da independência e os leais à monarquia portuguesa, e entre os brasileiros e os portugueses.

Havia a latente animosidade com os lusitanos e então muitos se adiantaram e externaram o apoio a D. Pedro e o caminho do desligamento com Lisboa. Da mesma forma posicionaram-se os brasileiros afeitos a essa proposta. Múltiplas listas foram publicadas na Gazeta do Rio de Janeiro e em nenhuma delas aparecia o nome Tibúrcio José da Rocha, ao contrário de vários colegas do meio tipográfico/jornalístico e do funcionalismo público. O efeito exteriorizou-se anos mais tarde, quando em 1830 frei Tibúrcio pleiteou o galardão da Ordem de Cristo argumentando ser o único dos antigos oficiais dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a não receber nenhuma ordem honorífica. Se foi contemplado ou não é algo ainda a descobrir. Por enquanto, nos registros referentes às concessões da ordem o nome do frei ainda é ausente.



Figura 9

Seguiu Tibúrcio como funcionário público no Ministério da Guerra e na figura de capelão nos relatórios da Marinha, mesmo depois da obtenção em 1829 do Breve de Secularização Perpétua, para afastar-se do serviço religioso. No dia 2 de maio de 1840, entretanto, o Frei Tibúrcio retornava às páginas de um jornal, desta vez no Correio Oficial, apenas no Correio Oficial: “Ao mesmo, idem, ter falecido a 11 deste mez o Padre Tiburcio José da Rocha, Capellão do Corpo de Artilharia da Marinha”. A vida do primeiro redator da imprensa no Brasil condensava-se em três linhas.

Considerações finais

Pelo visto a memória do jornalismo limita-se à extensão da própria sombra. Um personagem instigante como o Frei Tibúrcio José da Rocha é relegado às instâncias das menções banais ou postado no final da lista dos estudos preguiçosos, restritos apenas a bibliografias ao alcance das mãos ou da distância não superior à extensão dos braços. Faz-se então preciso a investigação arqueobiográfica, metodologia sintética do laborioso trabalho normatizado por procedimentos investigativos de biógrafos afeiçoados a incursões aos baús existenciais por vezes esquecidos pelo próprio objeto e de antropólogos cômicos da riqueza existente nas camadas subterrâneas da superfície. Esse foi o mote do presente artigo, percorrer o caminho das pegadas de Tibúrcio José da Rocha, desde a cidade do Porto ao Rio de Janeiro, para desencobrir os estratos da vida do religioso e significar/dignificar uma existência cuja dimensão extrapola a sombra com a qual muito investigador se contenta. ●

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. Rio de Janeiro: Ediouro, [197-?].
- CADIOU, François et. al. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DINIZ, Lilia. O primeiro redator de jornais do Brasil. In: *História Viva*, ano VI, n. 66, abril/2009.

ECHEVARRÍA, Javier Aranguren; STORK, Ricardo Yepes. *Fundamentos de antropologia: um ideal de excelência humana*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma Editora, 1941.

KOSIK, Karel. *El individuo y la historia*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1991.

MORAES, A. J. de M. *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Império do Brasil*. Tomo I, 2ª parte. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Edictor J. J. do Patrocínio, 1863.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'état, D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812: II: L'homme d'État, 1796-1812*. Paris: Ed. Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

DOCUMENTAIS

Arquivo da Universidade de Coimbra

- Matrículas dos alunos nos cursos de Cânones, Filosofia, Leis, Matemática e Medicina no período entre 1772 e 1823;
- Certidões de Idade dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra no período de 1772 a 1823;
- Matrículas do Colégio de São Pedro no período 1796 a 1800;
- Requerimentos de matrícula para o Colégio das Artes no período 1796 a 1800.

Arquivo Distrital de Bragança

- Fundos notariais – certidões de nascimento (1710-1740) e de óbito (1790-1800)

Arquivo Distrital de Évora

- Índices dos processos de habilitação para familiar do Santo Ofício

Arquivo Distrital do Porto

- Certidões de nascimentos dos anos de 1774 e 1776;
- Documentação da Sé do Porto.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

- Livro I do Registro das Patentes, Pastorais, Cartas e Circulares da Congregação da Terceira Ordem da Penitência;
- Regulamentos dos Estudos dos Colégios de São Pedro de Coimbra e Espírito Santo de Évora.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Regimento dos comissários do Santo Ofício e escritvães de seu cargo;

- Tribunal do Santo Ofício – Conselho Geral – Habilitações;
- Tribunal do Santo Ofício – Processos da Inquisição de Coimbra e Lisboa entre 1790 a 1825.

Arquivo Nacional do Brasil

- Registro Geral das Mercês.

Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro

- Série Habilitação Sacerdotal.

Arquivo do Palácio do Itamaraty

- Ministério dos Negócios Estrangeiros – Diversos.

Biblioteca Nacional do Brasil

- Correio Oficial;
- Gazeta do Rio de Janeiro;
- Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Revista do IHGB – 1839 a 2011.

NOTAS

- ¹ Artigo selecionado para o 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – Rio de Janeiro, novembro/2011.
- ² O material documental dos arquivos portugueses foi obtido durante o estágio pós-doutoral realizado no Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra, em 2009, com bolsa PDE do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).